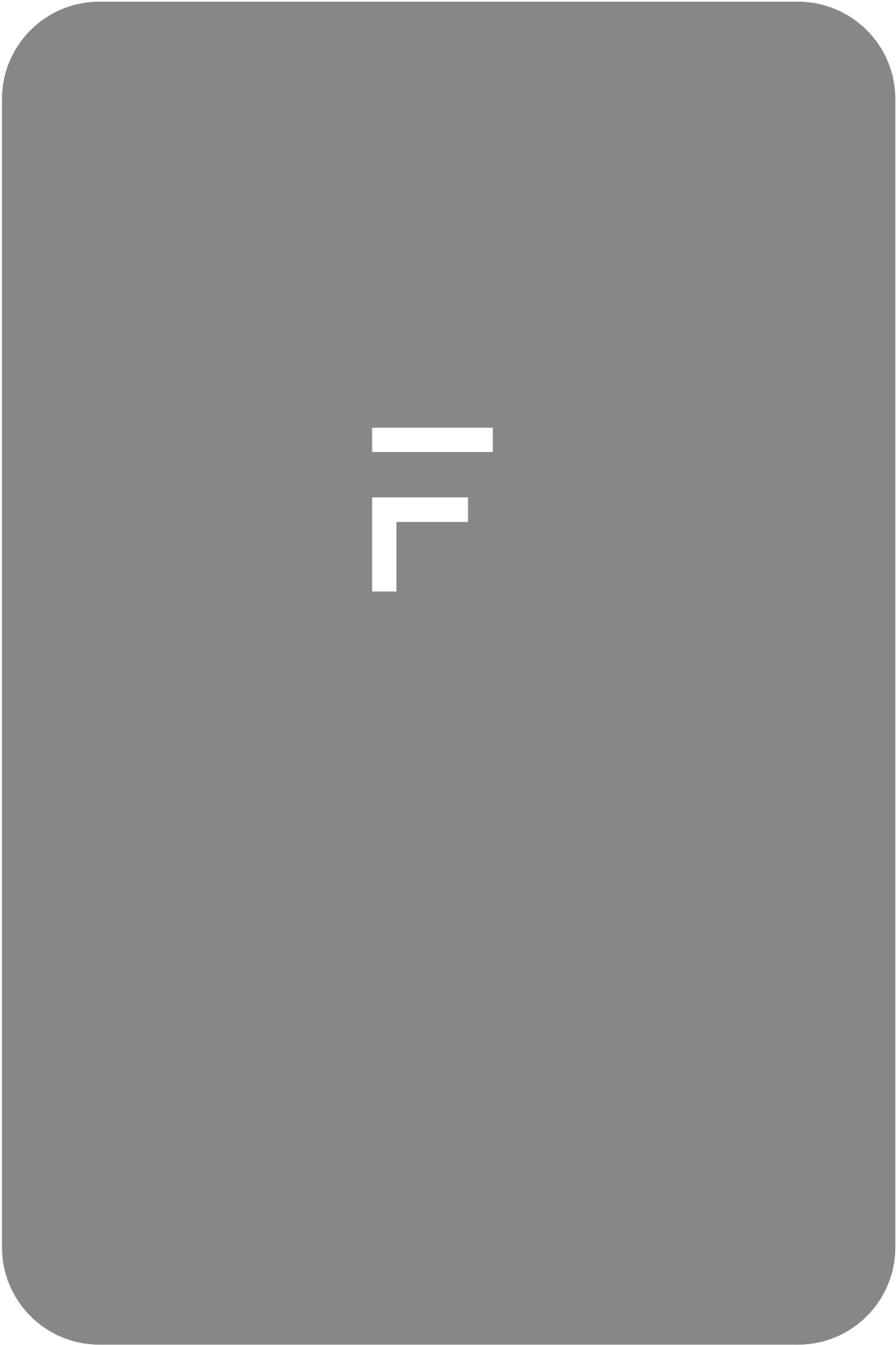




FUNDAÇÃO

Armazenistas Mercearia

2022 | Relatório  
de  
Gestão



# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	5
1 - Atividade Desenvolvida	
1.1 - Auxílio prestado a pessoas idosas e com dificuldades de subsistência.....	7
1.2 - Habitação condigna e de renda económica.....	8
1.3 - Auxílio a pessoas portadoras de deficiência.....	13
1.4 - Apoio e colaboração com outras entidades no âmbito da promoção da solidariedade social .....	16
1.5 - Protocolo de Apoio - Mercearia Social Valor Humano.....	17
1.6 - Protocolo de Apoio - Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória.....	20
2 - Conservação do Património.....	23
3 - Contas do Exercício.....	25
4 - Reuniões dos Corpos Gerentes.....	43
5 - Nota Final.....	43



# INTRODUÇÃO

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia, tem vindo a desenvolver desde 1959, um intenso trabalho no campo da solidariedade social, razão pela qual se encontra reconhecida como IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, com estatuto de utilidade pública, e como tal devidamente registada no livro de registos das instituições particulares da segurança social.

Ao longo da sua existência, a FAM tem vindo a prestar auxílio a quem mais precisa, sejam famílias, sejam pessoas individuais. Neste particular, destaca-se a ação desenvolvida junto das famílias de menores recursos económicos, na vertente habitacional, através da disponibilização de arrendamento económico no centro das duas principais cidades do país – Lisboa e Porto, a par do apoio direto que prestamos ao longo do ano a pessoas que se encontram em situação de carência e que encontram na nossa ajuda um amparo no dia a dia, garantindo-lhe dessa forma condições que lhe permitam viver sem sobressaltos.

No entanto, a ação da Fundação não se esgota nestas duas vertentes, sendo de destacar a ajuda que temos dado às famílias carenciadas que existem em Lisboa, na freguesia de Santo António e no Porto, na freguesia da Vitória, através da *Mercearia Social Valor Humano* e do *Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória* respetivamente.

Ajudamos igualmente a *ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro* e a *Comunidade Vida e Paz*. Em face dos recursos de que dispomos, trata-se sem dúvida nenhuma de uma vasta ação no campo da solidariedade social, sempre com o mesmo propósito: Levar ajuda a quem mais precisa!

Numa altura em que as expectativas para dois mil e vinte e dois eram a de representar o ponto de viragem dos efeitos nefastos que a pandemia Covid 19 provocou por todo o mundo, através da recuperação da economia, a guerra na Ucrânia veio criar novas dificuldades à recuperação, nomeadamente pelas tensões geradas nas cadeias de abastecimento global, no aumento dos custos das principais matérias primas a par de aumentos incontrolláveis nos mercados energéticos, criando demasiados receios e incerteza quanto ao desenvolvimento futuro.

Apesar do produto interno bruto ter crescido 6,7 em 2022<sup>1</sup>, tal, no entanto, revelou-se insuficiente para colmatar os efeitos negativos da pandemia ocorrida em 2020. Os efeitos imediatos decorrentes do novo quadro de instabilidade global resultaram num aumento generalizado dos preços dos principais bens de consumo, e em especial dos produtos alimentares, atingindo-se como consequência imediata o valor mais elevado da inflação dos últimos trinta anos.

Neste contexto, assistimos também em 2022 a um forte crescimento do nível de endividamento da economia portuguesa na ordem dos 19.113,75 milhões de euros, verificando-se um endividamento total do setor não financeiro (público e privado) de 793.781,89 milhões de euros.

Em paralelo, assistimos a um forte aumento do nível de endividamento dos particulares, com especial incidência na dívida relacionada com os emprés-

---

<sup>1</sup> Projeções para a economia portuguesa, Banco de Portugal

timos à habitação, a qual no final de 2022 ascendia a 104.399,19 milhões de euros, representando um crescimento de cerca de 3.366 milhões de euros face a 2021.

Este crescimento, espelha bem o esforço despendido na aquisição de habitação por parte das famílias portuguesas, razão pela qual destacamos o papel que a Fundação tem desempenhado ao longo das últimas décadas ao possibilitar às famílias de menores recursos uma alternativa à aquisição de habitação própria através da possibilidade de arrendarem casa por valores muito abaixo daqueles que são praticados no mercado de arrendamento livre, já que para estas famílias o recurso aos empréstimos para aquisição de habitação própria não está ao seu alcance em virtude do baixo nível de rendimentos auferidos. Por outro lado, ao arrendarem as casas da Fundação, estas famílias não sofrem as consequências do constante agravamento das taxas de juro do crédito à habitação como temos vindo a assistir ao longo dos últimos anos e em especial em momentos de crise económica como aquele em que nos encontramos.

Importa ainda salientar que toda a atividade desenvolvida é feita sem apoio financeiro do estado, contando a Fundação apenas com as suas próprias receitas. Por outro lado, nunca é demais realçar que nenhum elemento dos corpos sociais da Fundação auferir qualquer rendimento pago pela Fundação, realizando o seu trabalho de uma forma totalmente gratuita e sem direito a qualquer contrapartida de natureza pecuniária ou de outra qualquer natureza. Todos eles o fazem por um genuíno amor à solidariedade social e pelo gosto de poderem, com o seu modesto contributo, contribuir para melhorar um pouco a vida de todas as famílias a quem a Fundação concede o seu apoio.

Existem inúmeras fundações de natureza privada cujo orçamento conta com inúmeros apoios financeiros do estado para a realização da sua ação no campo da solidariedade social, tal, no entanto, não é o caso da FAM.

Ao longo do ano realizaram-se diversas reuniões dos corpos sociais, sempre no maior espírito de colaboração.

Uma última palavra de agradecimento a todos os membros dos corpos sociais, os quais mantiveram uma estreita colaboração com o Conselho de Administração, contribuindo dessa forma para o êxito geral da ação desenvolvida ao longo o ano.

De seguida apresentamos um breve resumo das principais atividades desenvolvidas ao longo ano de 2022.

# 1 – Atividade desenvolvida

## 1.1 – Auxílio prestado a pessoas idosas e com problemas de saúde e dificuldades de subsistência

A pandemia de COVID-19 colocou em evidência a importância de apoiar pessoas carenciadas em momentos de crise. Infelizmente, muitas pessoas têm dificuldades em satisfazer as suas necessidades básicas, como alimentação e alojamento, especialmente em momentos de crise, como desastres naturais, conflitos armados ou pandemias.

A necessidade de apoiar as pessoas carenciadas é crítica, não apenas para ajudar a aliviar o sofrimento humano, mas também para promover a igualdade e a justiça social. Todos merecem viver em condições de segurança e dignidade, independentemente do seu estatuto económico ou social. Infelizmente, a realidade é que muitas pessoas enfrentam desafios significativos para aceder a recursos básicos, incluindo comida, água, abrigo e cuidados de saúde.

É fundamental que a sociedade apoie as pessoas carenciadas em momentos de crise. Existem muitas formas de fazer isso, desde doações de dinheiro e bens, até voluntariado em organizações de ajuda humanitária e programas de assistência social. Além disso, é importante que os governos e as organizações internacionais trabalhem juntos para garantir que as necessidades básicas das pessoas carenciadas sejam atendidas.

Ao apoiar as pessoas carenciadas em momentos de crise, a sociedade não só ajuda a aliviar o sofrimento humano, mas também promove a resiliência e a capacidade de recuperação das comunidades. Quando as pessoas têm acesso a recursos básicos, são capazes de reconstruir as suas vidas e de contribuir para a recuperação e reconstrução das suas comunidades.

É imbuída deste espírito que a FAM tem vindo a apoiar pessoas carenciadas em momentos de crise, como foi a fase da crise pandémica, em que procurámos garantir que as pessoas que ajudamos tivessem acesso a recursos básicos e pudessem viver em condições de segurança e dignidade. Ao fazê-lo, podemos promover a igualdade e a justiça social, bem como a resiliência e a capacidade de recuperação da nossa comunidade.

Em 2022, ano em que a generalidades das atividades económicas se começaram a libertar dos constrangimentos provocados pela Covid-19, a Fundação continuou a apoiar pessoas idosas a viver com dificuldades, nomeadamente económicas. Durante o ano, prestámos apoio a um conjunto pessoas de baixos rendimentos, através da concessão de um apoio regular de base mensal.

Durante o ano apoiámos nessa base um número total de cinco pessoas, as quais como referimos, receberam um apoio mensal. Este apoio representou um total de trinta mil e quinhentos e cinquenta euros. O Conselho de Administração da Fundação, espera um dia poder vir a alargar o número de pessoas abrangidas por esta medida por forma a que com este apoio essas pessoas possam ver garantidas as condições que lhe permitam ter uma vida digna.

Tal alargamento dependerá da evolução futura das receitas da Fundação, as quais, como já se referiu, não proveem de qualquer apoio do estado ou de outras entidades.

## 1.2 – Habitação condigna e de renda económica

A habitação é um dos principais direitos humanos, uma vez que proporciona um espaço seguro e digno para que as pessoas possam viver com as suas famílias. Infelizmente, em muitos países, incluindo Portugal, a habitação de qualidade é frequentemente inacessível para as famílias de baixos rendimentos.

A habitação de renda económica é fundamental para as famílias portuguesas de menores recursos, pois oferece uma solução acessível e sustentável para o acesso à habitação. Em Portugal, muitas famílias têm dificuldades em encontrar habitação acessível, especialmente nas áreas urbanas, nomeadamente nas principais cidades, como Lisboa ou Porto, onde os preços dos imóveis são elevadíssimos.

A habitação de renda económica ajuda ainda a reduzir a pobreza e a exclusão social, proporcionando às famílias acesso a habitações adequadas e acessíveis. Tal permite às famílias economizarem dinheiro para outras necessidades básicas, como alimentação, educação e saúde.

As habitações de renda económica também são importantes para a diversidade social e a coesão das comunidades, na medida em que ao oferecer habitação acessível a todos, independentemente dos seus rendimentos, as comunidades tornam-se mais inclusivas e diversificadas, favorecendo a coesão social.

As casas de renda económica, propriedade da Fundação, constituem um importante instrumento que a FAM disponibiliza à sociedade para alcançar os referidos objetivos.

Ao longo dos anos, a Fundação tem mantido uma política de arrendamento económico que engloba a totalidade das casas de que é proprietária em Lisboa e no Porto. Tendo presente a atual situação, nomeadamente pelo elevado nível de desemprego que Portugal atravessa bem como a fraca oferta de arrendamento económico existente, as casas que fazem parte do património habitacional da FAM constituem uma derradeira oportunidade para as famílias de menores rendimentos, poderem aceder ao mercado de arrendamento.

Em 2022, foram atribuídas duas casas de renda económica no bairro de Alvalade, em Lisboa e uma no Bairro de Ramalde, no Porto.

Como também é prática da Fundação, todas estas atribuições de casa de renda económica foram efetivadas através de concurso público amplamente divulgado e aberto à população geral, bastando para o efeito preencher e remeter o respetivo boletim de inscrição para os serviços da Fundação.

Apresentamos de seguida, um breve resumo dos valores de rendas praticadas pela Fundação durante o ano de 2022, em função da tipologia das habitações que constituem o parque habitacional, que como já referimos, se encontra totalmente afeto à disponibilização de arrendamento cujo valor da renda é incomensuravelmente inferior aos valores praticados no mercado de arrendamento.

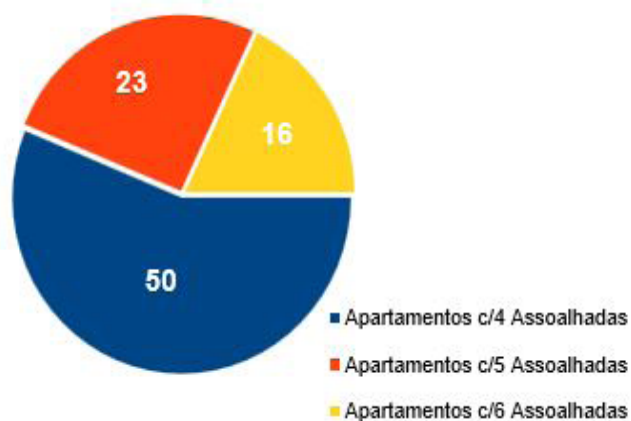
## LISBOA:

Total – 89 apartamentos

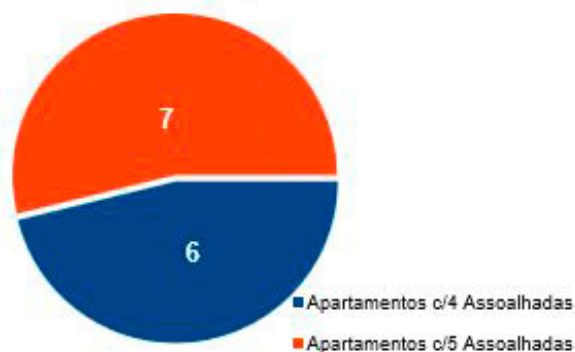
	Até 25 €	De 25 a 100 €	Superior a 100 € *
Apartamentos c/ 4 Assoalhadas	6	13	31
Apartamentos c/5 Assoalhadas	7	2	14
Apartamentos c/6 Assoalhadas	0	0	16
Total	13	15	61

\* Nota: A renda máxima praticada é de € 400,00

### Tipologia de Habitação



### Rendas até € 25,00



### Total de Rendas por Tipologia



## Porto:

Total – 58 habitações das quais 46 são moradias e 12 são apartamentos

	Até 25 €	De 25 a 100 €	Superior a 100 € *
Moradias c/ 2 Pisos	5	5	15
Moradias c/ 3 Pisos	11	0	10
Apartamentos c/ 3 Assoalhadas	3	2	7
Total	19	7	32

\* Nota: A renda máxima praticada é de € 300,00

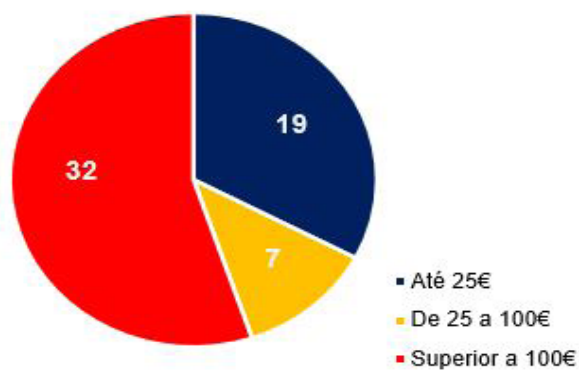
### Tipologia de Habitação



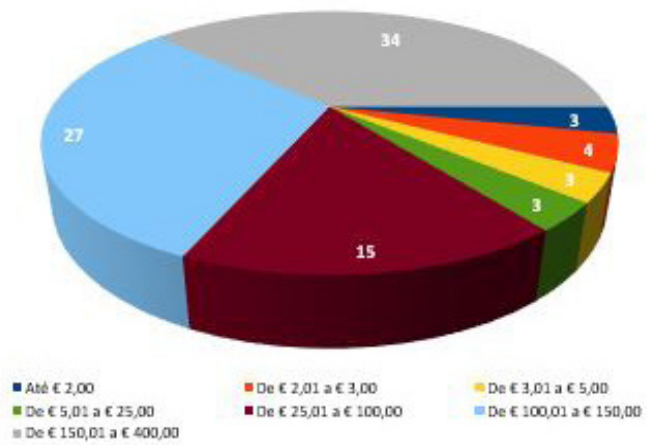
### Rendas até € 25,00



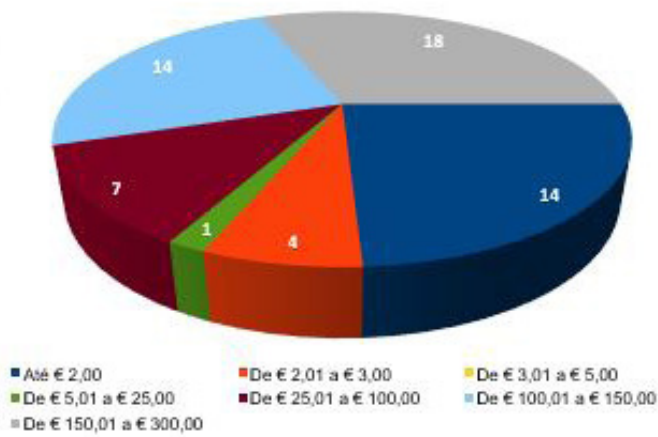
### Total de Rendas por Tipologia



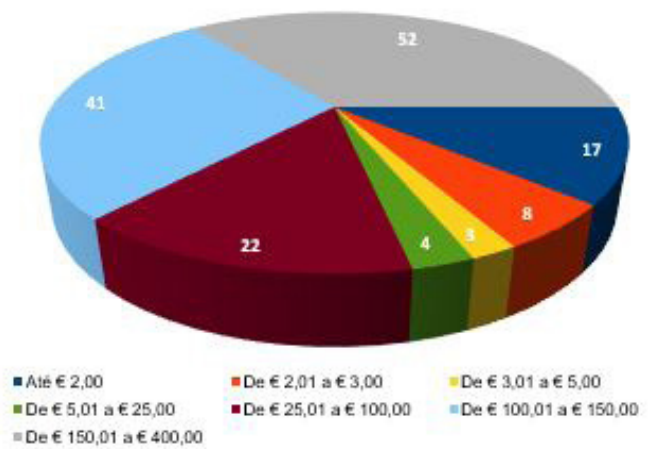
### Lisboa



### Porto



### Geral



Em Lisboa, cerca de 15% das rendas recebidas não ultrapassaram os 25€, enquanto no Porto essa percentagem era de 33%.

No entanto, cerca de 32% das rendas recebidas em Lisboa não ultrapassaram os 100€, enquanto no Porto essa percentagem foi superior em 13,5% ficando-se nos 45%. Já nos escalões superiores, verificamos que em Lisboa no intervalo dos 150€ e dos 400€ (valor de renda máximo praticado em Lisboa) a percentagem do total das rendas recebidas foi de 38%, enquanto no Porto no intervalo dos 150€ e dos 300€ (valor de renda máximo praticado Porto) foi de 31%.

Quando analisamos os dados gerais referente à totalidade das rendas praticadas pela Fundação no universo das habitações em Lisboa e no Porto, constatamos que o total das rendas praticadas até aos 25€ não ultrapassaram os 22%, sendo que até aos 150€ a percentagem não vai além dos 37%.

No último escalão – entre os 150€ e os 400€ a percentagem é de apenas 35%.

Tal realidade é bem demonstrativa da enorme divergência existente entre as rendas praticadas pela Fundação no seu parque habitacional de renda económica e as rendas praticadas no mercado livre de arrendamento, situação ainda bem mais difícil se atendermos aos custos atuais relacionados com todas as obras de conservação e manutenção que qualquer parque habitacional requeira, seja ele de que tipo for – mercado do renda livre, ou renda económica tal como a praticada pela FAM, exigindo por essa razão um enorme esforço da Fundação na gestão dos recursos, situação que, por vezes, é incompreendida por alguns inquilinos, os quais não têm noção de que os recursos financeiros da Fundação não têm natureza ilimitada.

Tal desfasamento entre receitas e despesas, condiciona-nos na execução das obras de conservação necessárias e que todos os anos gostaríamos de executar, tendo em conta os anos que já decorreram desde a edificação desse parque habitacional.

Apesar das dificuldades referidas, a Fundação realizou um vasto programa de recuperação de habitações como teremos oportunidade de passar em revista no ponto 2 – Conservação do Património – do presente relatório.

Continuamos firmemente convictos da necessidade de ir procedendo à atualização dos valores de renda praticados, através da aplicação aos novos contratos de arrendamento de valores de renda que permitam manter um equilíbrio entre, por um lado o objetivo de continuar a facultar arrendamento económico e por outro, e não obstante esse objetivo, permitir a obtenção de receitas que garantam manter uma gestão cuidada do património habitacional de renda económica em termos de conservação, garantindo e proporcionando às famílias de menores recursos o acesso a habitação condigna.

Não obstante continuaremos empenhados em assegurar o necessário equilíbrio entre renda praticada/condições de habitação que garantam plenas condições de habitualidade à população mais vulnerável. Este equilíbrio, partirá sempre do cariz do parque habitacional da Fundação, ou seja, continuar a praticar rendas económicas, tendo em conta quer a tipologia das habitações em causa, quer a sua localização – em pleno centro das cidades – Lisboa e Porto e a carência de habitação das famílias mais vulneráveis.

Importa realçar que as atualizações dos valores de renda, são apenas aplicáveis aos novos contratos de arrendamento, e que mesmo nestes casos, os novos valores de renda não ultrapassam os quatrocentos euros referente às habitações com seis assoalhadas - situadas no bairro de Alvalade na Aveni-

da Rio de Janeiro, em pleno centro da cidade de Lisboa, sendo que nas habitações mais pequenas, com três assoalhadas, esses valores não vão além dos duzentos euros. No caso das habitações localizadas no Porto, no bairro de Ramalde, o valor máximo de renda praticado é de trezentos euros.

Nunca é demais voltar a recordar os resultados de um estudo promovido pelo Diário de Notícias, em 2017, o qual constatou que o valor de renda médio naquela altura era de 9,67€ por metro quadrado na freguesia de Alvalade em Lisboa e de 6,87€ por metro quadrado na freguesia de Ramalde, no Porto, zonas onde se encontram implantados os prédios da Fundação. Os apartamentos mais pequenos que a Fundação tem em Lisboa têm de área 75 metros quadrados, enquanto que, no caso do Porto, a área é de 63 metros quadrados, excluindo as moradias cuja área é superior.

Daqui resulta que o valor de renda média de mercado para Lisboa equivaleria a setecentos e vinte e cinco euros, enquanto que no Porto esse valor seria de quatrocentos e trinta euros (excluindo o caso das moradias cujo valor seria superior), valores em nada comparáveis com aqueles que a Fundação pratica, tendo em conta a área dos apartamentos, sendo que os apartamentos maiores de Lisboa têm uma área de cento e catorze metros quadrados e de cento e dez metros quadrados no Porto.

Chamamos, no entanto, a atenção para o facto de que na realidade, continua hoje, volvidos mais de seis anos da realização do referido estudo, a ser praticamente impossível arranjar disponíveis apartamentos com aquelas tipologias, nas zonas centrais de Lisboa e do Porto, para arrendar por aqueles valores. Para tal constatação, basta pesquisar os anúncios de arrendamentos publicados atualmente para confirmar com uma clareza mediana esta realidade. As manifestações a que temos assistido nos últimos tempos de pessoas a reivindicar habitação com preço acessível confirmam o que acabamos de dizer.

Esta realidade revela o valor da ação desenvolvida pela Fundação na vertente do arrendamento económico que disponibiliza às famílias de menores recursos, não sendo descontextualizado neste ponto realçar o facto de estas famílias não encontrarem no mercado de arrendamento livre uma alternativa às suas necessidades de habitação face aos elevadíssimos valores de renda praticados quer em Lisboa como também no Porto.

### **1.3 – Auxílio a pessoas portadoras de deficiência**

O **CRPG - Centro de Reabilitação Profissional de Gaia** é uma organização que presta serviços de reabilitação física, mental e social a pessoas com deficiência ou incapacidade. O trabalho realizado pelo centro é de grande importância, uma vez que ajuda a melhorar a qualidade de vida e a inclusão social de pessoas que enfrentam desafios significativos.

Este Centro oferece uma ampla gama de serviços, incluindo fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, apoio social e educacional, entre outros. Estes serviços são essenciais para ajudar as pessoas com deficiência ou incapacidade a alcançar o seu potencial máximo e a desempenhar um papel ativo na sociedade.

Além disso, o CRPG é um local onde as pessoas com deficiência ou incapacidade podem encontrar um ambiente seguro e acolhedor, onde são tratadas

com respeito e dignidade. Isto é particularmente importante, uma vez que muitas pessoas com deficiência ou incapacidade enfrentam estigmas e discriminação na sociedade.

Para que o CRPG possa continuar a prestar serviços essenciais às pessoas com deficiência ou incapacidade, é fundamental que receba o apoio da comunidade. O apoio que a FAM presta a este centro, nomeadamente pela cedência da utilização das suas instalações situadas na Aguda a título gratuito, é fundamental para garantir que o centro tenha os recursos necessários para continuar a operar e a prestar serviços de qualidade às pessoas que atende, nomeadamente naquelas nossas instalações.

Em resumo, o trabalho desenvolvido pelo CRPG é de grande importância para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade. É fundamental que a comunidade apoie este centro, através de doações financeiras, de bens e do voluntariado, para que continue a prestar serviços essenciais e a garantir que as pessoas que atende possam alcançar o seu potencial máximo e desempenhar um papel ativo na sociedade.

Foi imbuída deste espírito e necessidade que a Fundação continuou a colaborar em 2022 com o CRPG, na sequência do trabalho realizado ao longo dos últimos anos, nomeadamente através da cedência da utilização a título gratuito das suas instalações da Colónia de Férias da Aguda, através do protocolo estabelecido em 1995 com aquele centro, para o efeito.

Aquelas instalações, situadas na Aguda, têm desempenhado um papel fundamental no quadro das atividades desenvolvidas pelo do Centro, nomeadamente ao nível da reabilitação de pessoas com deficiências e incapacidades várias, centrando-se as suas atividades em torno de três eixos: alojamento de utentes, desenvolvimento de ações de formação profissional e atividades de formação e de dinamização do clima organizacional.

A Fundação permanece empenhada em garantir condições que permitam ao CRPG continuar a desenvolver a sua ação centrada essencialmente em atividades que considerada de enorme relevância social. O trabalho realizado com pessoas que apresentam diversos graus de incapacidade, nomeadamente ao nível físico e psicológico, procurando garantir a sua reinserção social, nomeadamente no mercado de trabalho é disso um bom exemplo.

As instalações da Colónia dispõem de condições de alojamento dos utentes que ali frequentam as ações de formação profissional e dos serviços de reabilitação. Em 2022, na sequência da pandemia por COVID-19, o alojamento a utentes foi disponibilizado de forma prudente, a partir do mês de julho, tendo dele beneficiado seis utentes.

Ao longo do ano de 2022, o centro realizou as seguintes ações de formação profissional – Operador de Jardinagem; Empregado de Andares; Profissional de apoio de manutenção, limpeza e jardins; Culturas Hortícolas; Culturas Hortícolas – Processos e métodos; Horticultura e Fruticultura; Processos de cultura hortícola comestível; Primeiros Socorros e Costura; as quais envolveram cerca de cento e quatro utentes e trinta e três mil e setenta e oito horas de formação.

No quadro seguinte podemos analisar a atividade formativa realizada pelo CRPG nessas instalações ao longo do triénio 2020/2022:

Ações de Formação Profissional	2020		2021		2022	
	N.º de clientes	Horas de formação	N.º de clientes	Horas de formação	N.º de clientes	Horas de formação
Operador de Jardinagem	8	7 999	8	3 798	0	0
Empregado de Andares	8	6 997	20	6 606	19	6 842
Formação para a Vida Ativa e Profissional	21	11 576	8	3 208	-	-
Empregado de Mesa	-	-	-	-	-	-
Profissional de apoio de manutenção, limpeza e jardins	-	-	13	2 453	13	12 663
Horticultura e arte floral	-	-	12	2 932	-	-
Horticultura	-	-	12	430	-	26 572
Culturas Hortícolas	-	-	-	-	14	3 163
Culturas Hortícolas – Processos e métodos	-	-	-	-	13	3 666
Horticultura e Frutícolas	-	-	-	-	14	3 937
Processos de cultura hortícola comestível	-	-	-	-	14	1 996
Primeiros socorros	-	-	-	-	11	375
Costura	-	-	-	-	6	436
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>26 572</b>	<b>73</b>	<b>19 427</b>	<b>104</b>	<b>33 078</b>

Foram também organizadas sessões de trabalho coletivas, envolvendo colaboradores do CRPG, no âmbito da formação permanente dos seus recursos humanos e sessões de trabalho no âmbito de projetos de parceria.

A atividade desenvolvida nas instalações da Aguda caracteriza-se ainda pelos seguintes indicadores e resultados:

DESCRIÇÃO	2020	2021	2022
Índice de satisfação - clientes da formação profissional (*)	84	85	92
Colaboradores a desenvolver atividade na Aguda	28	35	32
Em permanência	7	7	6
De forma pontual	21	28	26

(\*) Medidos numa escala de 0 a 100

### Principais resultados operacionais do Centro no último triénio

INDICADORES	2020	2021	2022
N.º de clientes atendidos	2 450	2 433	2 335
Volume de horas de formação	118 157	146 892	159 890
Taxa de inclusão ativa	79%	69%	80%
Grau de satisfação dos clientes (*)	90	89	88
N.º de colaboradores do Centro (31 dez.)	111	111	116
Valor do orçamento anual	5 012 128€	5.068.528€	5.040.711€
N.º de clientes - prescrição de produtos de apoio	325	408	473
N.º de clientes - fornecimento de produtos de apoio	285	249	255

(\*) Medidos numa escala de 0 a 100

## Intervenções realizadas nas Instalações

Em 2022, foram asseguradas as intervenções habituais e necessárias no âmbito da conservação corrente de equipamentos e instalações.

### 1.4 – Apoio e colaboração com outras entidades no âmbito da promoção da solidariedade social

- *ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro*

A Associação ACREDITAR é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo apoiar crianças e jovens com cancro e suas famílias. A atividade desenvolvida por esta associação é de extrema importância, uma vez que ajuda a melhorar a qualidade de vida e a aumentar a resiliência das crianças e jovens afetados pela doença, bem como das suas famílias.

A Associação ACREDITAR presta serviços de apoio emocional, social e educacional, incluindo atividades lúdicas, terapêuticas e educacionais para crianças e jovens com cancro, bem como serviços de apoio aos seus familiares. Estes serviços são essenciais para ajudar a minimizar o impacto da doença na vida das crianças e jovens afetados, bem como das suas famílias.

Além disso, a Associação ACREDITAR é um local onde as crianças e jovens com cancro e suas famílias podem encontrar um ambiente acolhedor, onde são tratados com respeito e dignidade. Isto é particularmente importante, uma vez que muitas vezes enfrentam desafios significativos, como isolamento social, discriminação e estigmatização.

Para que a Associação ACREDITAR possa continuar a prestar serviços essenciais às crianças e jovens com cancro e suas famílias, é fundamental que receba o apoio da comunidade. As doações financeiras e de bens são cruciais para garantir que a associação tenha os recursos necessários para continuar a operar e a prestar serviços de qualidade às pessoas que atende.

Em resumo, a atividade desenvolvida pela Associação ACREDITAR é de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida e resiliência de crianças e jovens com cancro e suas famílias. É fundamental que a comunidade apoie esta associação, nomeadamente através de doações financeiras, para que esta continue a prestar serviços essenciais e a garantir que as pessoas que atende possam enfrentar a doença com maior tranquilidade e esperança.

Tendo presente a importância do trabalho desenvolvido por esta associação, a Fundação manteve o apoio à associação ACREDITAR – Associação de pais e amigos de crianças com cancro através da atribuição de um donativo monetário no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros).

- *Comunidade Vida e Paz*

A Comunidade Vida e Paz é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo ajudar pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de exclusão social. A atividade desenvolvida por esta organização é de extrema importância,

uma vez que ajuda a melhorar a qualidade de vida e a dignidade de pessoas que enfrentam desafios significativos.

Esta entidade presta serviços de apoio social, como fornecimento de alimentação, cuidados de higiene pessoal, vestuário, acompanhamento psicológico, encaminhamento para serviços de saúde e emprego, entre outros. Estes serviços são essenciais para ajudar as pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de exclusão social a melhorar a sua situação e a reintegrar-se na sociedade.

Além disso, a Comunidade Vida e Paz é um local onde as pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de exclusão social podem encontrar um ambiente seguro e acolhedor, onde são tratadas com respeito e dignidade. Tal revela-se particularmente importante na medida em que as pessoas em situação de sem-abrigo enfrentam muitas vezes estigmas e discriminação na sociedade.

Para que a Comunidade Vida e Paz possa continuar a prestar serviços essenciais às pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de exclusão social, é fundamental que receba o apoio da comunidade. As doações financeiras e de bens são cruciais para garantir que a organização tenha os recursos necessários para continuar a operar e a prestar serviços de qualidade às pessoas que atende.

Pelas razões enumeradas, a Fundação considera a atividade desenvolvida pela Comunidade Vida e Paz de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida e dignidade de pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de exclusão social. É fundamental que a comunidade apoie esta organização, através de doações financeiras, de bens e do voluntariado, para que continue a prestar serviços essenciais e a garantir que as pessoas que atende possam melhorar a sua situação e reintegrar-se na sociedade.

Nesse sentido, também a Fundação apoiou esta instituição através da atribuição de um donativo monetário no valor de setecentos e cinquenta euros.

A Fundação tem vindo a apoiar estas instituições, ao longo dos últimos anos, por entender que as mesmas desenvolvem um trabalho de enorme relevo social junto da população mais vulnerável e em especial nos momentos difíceis como aqueles que vivemos atualmente.

## **1.5 – Protocolo de Apoio - Mercearia Social Valor Humano**

A Mercearia Social Valor Humano é uma organização sem fins lucrativos que tem como propósito ajudar famílias carenciadas a superar as dificuldades financeiras e a ter acesso a bens essenciais e encontra-se instalada na Calçada Moinho de Vento, n.º 3 - 1169-114em Lisboa. Através da sua atividade, esta organização é capaz de prestar um importante serviço à comunidade e melhorar a qualidade de vida de centenas de famílias.

A Mercearia Social funciona como uma espécie de supermercado social, onde as famílias carenciadas podem adquirir produtos alimentares, pro-

duto de higiene e limpeza, e outros bens essenciais de forma gratuita. A Mercearia Social consegue ajudar estas famílias a melhorar as suas condições de vida.

Para além deste apoio, a Mercearia Social presta também um serviço de acompanhamento e apoio social, onde as famílias carenciadas podem receber aconselhamento financeiro e orientação sobre como melhor gerir o seu orçamento familiar. Esta é uma importante medida para ajudar as famílias a sair da situação de pobreza e a construir um futuro mais próspero.

Outro importante papel que a Mercearia Social Valor Humano desempenha é o de estabelecer parcerias com empresas e instituições locais, de forma a recolher doações de alimentos e outros bens essenciais. Desta forma, a organização consegue garantir um abastecimento constante de produtos, permitindo que as famílias carenciadas tenham acesso a bens de qualidade a preços muito reduzidos.

É importante salientar que a Mercearia Social Valor Humano é uma organização que depende muito do apoio da comunidade.

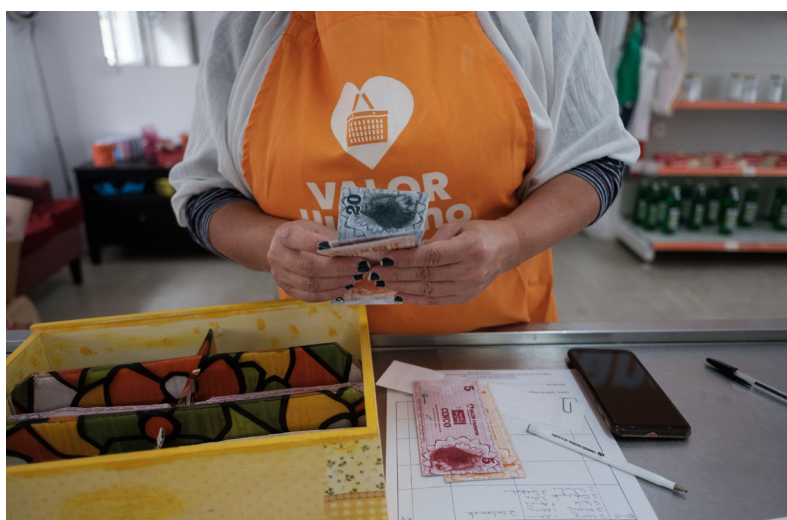
Através de doações de bens e de dinheiro, a comunidade pode ajudar a garantir que esta organização continue a prestar serviços essenciais às famílias carenciadas e a contribuir para a melhoria das suas condições de vida.

A atividade desenvolvida pela Mercearia Social Valor Humano é de extrema importância para a comunidade, uma vez que ajuda famílias carenciadas a superar as dificuldades financeiras e a ter acesso a bens essenciais. É fundamental que a comunidade apoie esta organização através de doações e de voluntariado, para que possa continuar a prestar serviços essenciais e a ajudar a melhorar a vida de muitas pessoas.

A Fundação tem vindo a apoiar, desde cinco de julho de 2018, a Mercearia Social Valor Humano, estabelecendo para o efeito um protocolo com o propósito de prestar um apoio efetivo às famílias carenciadas da freguesia de Santo António, em Lisboa, devidamente sinalizadas pelos técnicos de serviço social daquela junta de freguesia através da doação de produtos alimentares e outros bens de primeira necessidade.

Em 2022 a Fundação decidiu reforçar o apoio que vinha prestando à Mercearia por forma a dar resposta ao agravamento dos preços que desde final de 2021 se verificou e na sequência do qual Portugal viu a inflação disparar atingindo o seu valor mais alto dos últimos trinta anos. Desta forma a Fundação aumentou o seu apoio mensal em cem euros, passando a doar todos os meses um conjunto de produtos alimentares cujo valor médio se fixou por via do aludido protocolo nos seiscentos euros. Este apoio representou um valor aproximado de nove mil euros.

Em 2022 voltou a verificar-se, tal como em 2021, um acréscimo das famílias que requereram o apoio da Mercearia Social, totalizando as 920 famílias apoiadas durante o ano.



Mercearia Social Valor Humano, na Calçada Moinho de Vento, Lisboa

## 1.6 – Protocolo de Apoio - Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória

O CSPNSV - Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Vitória é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve uma série de atividades em prol da comunidade local. Fundado em 1987, o centro tem como objetivo promover o bem-estar social, cultural e educativo dos seus utentes, bem como desenvolver ações de solidariedade e de apoio aos mais necessitados.

Uma das principais atividades desenvolvidas pelo centro é a prestação de serviços de apoio domiciliário a idosos e doentes crónicos. Este serviço inclui a entrega de refeições ao domicílio, cuidados de higiene pessoal e da casa, acompanhamento psicológico e social, entre outros. Com esta atividade, o centro contribui para melhorar a qualidade de vida dos seus utentes, garantindo que estes tenham acesso a cuidados básicos de saúde e higiene.

O centro promove igualmente atividades de caráter cultural e educativo, tais como workshops, palestras e atividades recreativas para os utentes e para a comunidade em geral. Estas atividades têm como objetivo estimular o convívio entre os participantes e promover a aprendizagem de novas competências e conhecimentos.

Outra importante atividade desenvolvida pelo CSPNSV é a prestação de serviços de apoio à infância e à juventude, através da creche e do jardim-de-infância. Estes serviços garantem que as crianças tenham acesso a cuidados básicos de saúde, alimentação e educação, contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

Além disso, o centro desenvolve ainda atividades de solidariedade, tais como a distribuição de alimentos e bens de primeira necessidade a famílias carenciadas, e a promoção de campanhas de angariação de fundos para apoiar projetos sociais locais.

A Fundação através do protocolo de colaboração que estabeleceu com o CSPNSV em trinta de novembro de 2018, tem vindo, desde essa data, a apoiar a ação por este desenvolvida, respondendo às dificuldades das famílias residentes no Centro Histórico do Porto, em especial crianças, adultos e idosos, que vivem, e ainda vivem, em situação de pobreza ou exclusão.

As respostas sociais à população são as seguintes:

- Creche (15 crianças)
- Jardim de Infância (22 crianças)
- Centros de Atividades de Extensão de Horário e Interrupções Lectivas (20 crianças)
- CATL c/ Funcionamento Clássico (40 adolescentes e jovens)
- Centro de Convívio (16 séniores),
- Centro de Dia (25 séniores)
- Serviço de Apoio Domiciliário (15 agregados)
- ERPI- Estrutura Residencial para Idosos (10 idosas)
- Comunidade de Inserção para 40 pessoas em situação de Sem Abrigo

- Centro Comunitário (100 utilizadores) com Atividades de Férias para crianças e Jovens, Apoio Social, Gabinete de Psicologia, Apoio em Medicamentos, Banco de Vestuário, Cabaz Alimentar, Gabinete de Apoio ao Emprego, Educação não Formal e Animação Sociocultural

- Intervenção Comunitária com programas como uma Sala de Apoio ao Estudo, Programa “Todo Ouvidos” - Ouvir, Apoiar e Aconselhar Famílias; Programa E-Envelhecer hoje!- Pessoas com 60 anos ou mais; Grupo Fénix Intervenção junto de pessoas com comportamentos de risco; Passeios, Visitas e Convívios; Oficinas de Renovação/Transformação de roupa, Manualidades, e Vitória Market\_Mercado Social Mensal.

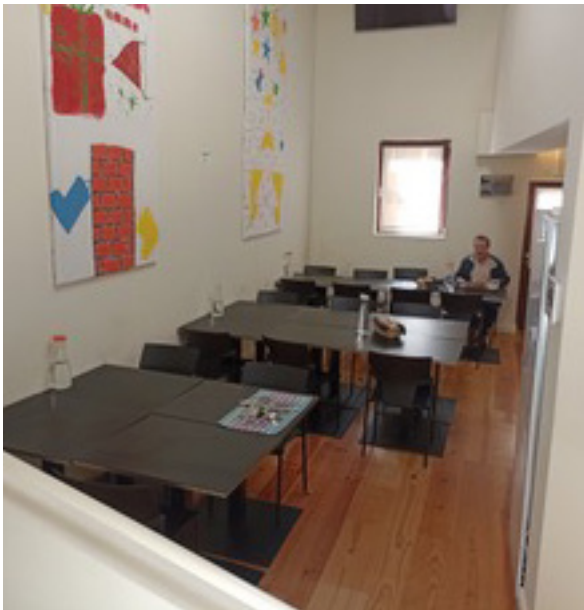
São confeccionadas nestas instalações o número seguinte de refeições:

N.º de Clientes		37	74	40	25	10	15	
Respostas Sociais		Creche & Jardim de Infância	Casa Jovem	Casa da Amizade	Centro de Dia	Lar	Serviço de Apoio Domiciliário	TOTAIS
N.º de Clientes por Refeição	Pequeno Almoço	-	-	-	25	10	-	35
	Almoço	37	-	30	25	10	15	117
	Lanche	37	60	12	25	10	-	144
	Jantar	-	-	25	12	10	15	62
	Ceia	-	-	-	-	10	-	10
N.º Total de Refeições por RS		74	60	67	87	50	30	368

Também neste caso e por idênticas razões que levaram ao reforço do apoio prestado à Mercearia Social Valor Humano, a Fundação reforçou o apoio que vinha prestando ao CSPNSV, aumentando este em cem euros mensais, passando a doar mensalmente um cabaz básico de produtos de mercearia no valor de seiscentos euros, para abastecimento da despensa da cozinha do centro com o objetivo de contribuir para o fornecimento diário de refeições à população que vive em situação de pobreza ou exclusão social. Em 2022 o apoio prestado pela Fundação, totalizou aproximadamente os sete mil euros.

Em suma, o Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Vitória desempenha um papel muito importante na promoção do bem-estar social da comunidade local. Através das suas atividades, esta organização contribui para a melhoria das condições de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como para a promoção da cultura, da educação e do convívio entre a população. É fundamental que a comunidade apoie esta organização através de donativos, voluntariado e outras formas de colaboração, de forma a garantir que continue a desenvolver o seu trabalho em prol da comunidade.

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia continua empenhada em ajudar o CSPNSV a cumprir a sua ação de extrema relevância social, particularmente necessária nos momentos mais difíceis por que passa a população mais desfavorecida, como aquele em que nos encontramos.



Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória, Porto

## 2 - Conservação do património

A conservação do património é fundamental em qualquer contexto, e isso inclui o âmbito de atuação de uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social como é o caso da FAM. Uma IPSS é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo desenvolver ações de solidariedade social, prestando serviços e apoio a pessoas vulneráveis ou em situação de carência, como crianças, idosos, pessoas com deficiência, entre outros.

No caso da FAM, a conservação do seu património habitacional contribui significativamente para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida das inúmeras famílias que dependem das habitações de renda económica que a Fundação lhes disponibiliza e contribui igualmente para o pleno cumprimento da ação desenvolvida na vertente do arrendamento a valores muito abaixo dos valores que normalmente são praticados no mercado de renda livre, onde as famílias de fracos rendimentos não conseguem aceder.

Por estas razões, a FAM tem procurado realizar todos os anos um vasto conjunto de obras de recuperação por forma a garantir a conservação do seu património habitacional totalmente afeto a proporcionar habitação condigna e de renda económica. Falamos de quase centena e meia de fogos, que foram construídos há mais de sessenta anos.

Tendo em conta que o referido património tem mais de sessenta anos desde a sua edificação, é necessário proceder todos os anos a inúmeras obras de conservação, umas de maior envergadura, como por exemplo a recuperação integral dos apartamentos que se encontram vagos e outras de natureza pontual, como reparações de canalizações, desentupimentos de fossas, entre outras.

Em 2022, a Fundação procedeu à recuperação de três habitações, duas em Lisboa e outra no Porto. Manteve-se igualmente a limpeza geral dos logradouros dos prédios de Lisboa, a par de inúmeras outras obras, que ao longo do ano foram sendo executadas e absolutamente necessárias.

As citadas obras de recuperação envolvem trabalhos de substituição das instalações elétrica, gás e água, reparação dos soalhos, paredes, louças dos sanitários, armários de cozinha e pinturas.

As obras de conservação e reparação realizadas ao longo do ano assumiram um gasto global na ordem dos cento e três mil e quinhentos euros, tendo sido como habitualmente realizadas com todo o rigor e respeito pelos escassos recursos da Fundação. Nunca é de mais salientar o esforço financeiro que representa para a Fundação a recuperação integral de cada habitação, despesa que na maioria dos casos irá representar o equivalente a uma média de cinco anos da futura renda que vier a ser praticada nessa habitação. Tal encargo irá seguramente ser agravado tendo em conta as perspetivas inflacionistas que se avizinham.



### **3 - Contas do Exercício**

Em 2022, a Fundação teve um resultado líquido do exercício positivo trinta e dois mil, duzentos e setenta e seis euros e três cêntimos conforme consta das respetivas demonstrações financeiras.

**Fundação dos Armazenistas de Mercearia**  
**Demonstrações Financeiras**  
**31 de Dezembro de 2022**

## Índice

Índice .....	1
Balanço em 31 de Dezembro de 2022 e 2021.....	2
Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 .....	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2022 e 2021.....	4
Anexo.....	5
1. Identificação da Entidade.....	5
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	5
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1. Bases de Apresentação.....	5
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	11
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6. Estado e Outros Entes Públicos.....	12
7. Créditos a receber.....	12
8. Diferimentos .....	12
9. Caixa e Depósitos Bancários .....	13
10. Fundos Patrimoniais.....	13
11. Fornecedores .....	13
12. Outros passivos correntes.....	13
13. Subsídios à exploração .....	14
14. Fornecimentos e serviços externos .....	14
15. Outros rendimentos.....	14
16. Outros gastos .....	14
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
18. Acontecimentos após data de Balanço.....	15

**Balanço em 31 de Dezembro de 2022 e 2021****Fundação dos Armazenistas de Mercearia****BALANÇO**

<b>Rubricas</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>ATIVO:</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	2 298,46	2 298,46
		<b>2 298,46</b>	<b>2 298,46</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Créditos a receber	7	12 560,77	9 212,86
Estado e outros entes públicos	6	7 751,70	7 858,76
Diferimentos	8	7 808,82	7 808,82
Caixa e depósitos bancários	9	259 348,77	228 967,08
		<b>287 470,06</b>	<b>253 847,52</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>289 768,52</b>	<b>256 145,98</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS:</b>			
Fundos	10	25 540,90	25 540,90
Resultados transitados	10	214 908,27	186 603,97
Resultado líquido do período	10	32 276,03	28 304,30
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<b>272 725,20</b>	<b>240 449,17</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	11	6 411,79	535,60
Estado e outros entes públicos	6	880,00	830,00
Outros passivos correntes	12	9 751,53	14 331,21
<b>Total do Passivo</b>		<b>17 043,32</b>	<b>15 696,81</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>289 768,52</b>	<b>256 145,98</b>

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

## Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

### Fundação dos Armazenistas de Mercearia DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Subsídios, doações e legados à exploração	13	187,22	-
Fornecimentos e serviços externos	14	(32 522,27)	(34 393,70)
Outros rendimentos	15	220 466,92	214 057,10
Outros gastos	16	(155 855,84)	(151 359,10)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos financiamento e impostos</b>		<b>32 276,03</b>	<b>28 304,30</b>
<b>Resultado operacional (antes gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>32 276,03</b>	<b>28 304,30</b>
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>		<b>32 276,03</b>	<b>28 304,30</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>32 276,03</b>	<b>28 304,30</b>

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

## Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

### Fundação dos Armazenistas de Mercearia

#### DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxos de caixa atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		218 451,53	202 941,50
Pagamentos a fornecedores		(141 735,61)	(147 770,01)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>76 715,92</b>	<b>55 171,49</b>
Outros recebimentos/pagamentos		(46 359,23)	(29 277,20)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>30 356,69</b>	<b>25 894,29</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		25,00	75,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>25,00</b>	<b>75,00</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>30 381,69</b>	<b>25 969,29</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>+/-</b>	<b>+/-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		228 967,08	202 997,79
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	9	259 348,77	228 967,08

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia, com sede na Av. da liberdade, nº166-2, 1250-146 Lisboa, é uma fundação de solidariedade social que foi criada pelo extinto Grémio dos Armazenistas de Mercearia em 16 de Março de 1959. Tem por objeto a solidariedade social relativamente à população em geral e em particular, a pessoas ligadas à distribuição de produtos alimentares e à Associação dos Distribuidores de Produtos Alimentares (ADIPA), entidade que sucedeu ao extinto Grémio dos Armazenistas de Mercearia.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, artigo 1º, nº2, de 9 de Março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### 3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 13 e 16) e “Diferimentos” (Nota 12).

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Fundação. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Fundação espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Fundação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>Vida útil estimada (anos)</b>
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento administrativo	3 a 8

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Fundação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

### **3.2.3. Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros são registados quando são recebidas.

As quotas são registadas em ativo independentemente da data do seu recebimento (nota 10).

#### Clientes, utentes e outras contas a receber

Os “*Cientes e utentes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.4. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

#### **3.2.5. Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante aplicado e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

#### **3.2.6. Provisões**

Periodicamente a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Fundação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “(...)
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) (...)”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Desta forma, toda a atividade da Fundação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das

circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2017 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.2.8. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

### 3.2.9. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram alterações nas políticas ou estimativas contabilísticas, nem foram detetados quaisquer erros.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2022 e 2021, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo:

	<b>31/12/2022</b>				
	Saldo em 01-01-2022	Aquisições / Dotações	Depreciações	Transferência	Saldo em 31-12-2022
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	2 298,46	-	-	-	<b>2 298,46</b>
Edifícios e outras construções	6 895,38	-	-	-	<b>6 895,38</b>
<b>Total</b>	<b>9 193,84</b>	-	-	-	<b>9 193,84</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	(6 895,38)	-	-	-	<b>(6 895,38)</b>
<b>Total</b>	<b>(6 895,38)</b>	-	-	-	<b>(6 895,38)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>2 298,46</b>	-	-	-	<b>2 298,46</b>

	31/12/2021		Depreciações	Transferência	Saldo em 31-12-2021
	Saldo em 01-01-2021	Aquisições / Dotações			
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	2 298,46	-	-	-	<b>2 298,46</b>
Edifícios e outras construções	6 895,38	-	-	-	<b>6 895,38</b>
<b>Total</b>	<b>9 193,84</b>	-	-	-	<b>9 193,84</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	(6 895,38)	-	-	-	<b>(6 895,38)</b>
<b>Total</b>	<b>(6 895,38)</b>	-	-	-	<b>(6 895,38)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>2 298,46</b>	-	-	-	<b>2 298,46</b>

## 6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 751,70	7 858,76
<b>Total</b>	<b>7 751,70</b>	<b>7 858,76</b>
<b>Passivo</b>		
Retenção de impostos sobre rendimentos	880,00	830,00
<b>Total</b>	<b>880,00</b>	<b>830,00</b>

## 7. Créditos a receber

A rubrica tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
<b>Outros créditos a receber</b>		-
Clientes	12 485,77	9 212,86
Outros devedores	75,00	-

O saldo de clientes é constituído por créditos a receber de inquilinos de rendas sociais.

## 8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	7 808,82	7 808,82
<b>Total</b>	<b>7 808,82</b>	<b>7 808,82</b>

## 9. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	250,00	250,00
Depósitos à ordem	89 098,77	58 717,08
Depósitos a prazo	170 000,00	170 000,00
<b>Total</b>	<b>259 348,77</b>	<b>228 967,08</b>

## 10. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	31 de Dezembro de 2022			Saldo em 31-12-2022
	Saldo em 01-01-2022	Aumentos	Diminuições	
Fundos	25 540,90	-	-	<b>25 540,90</b>
Resultados transitados	186 603,97	-	28 304,30	<b>214 908,27</b>
Resultado do Exercício	28 304,30	32 276,03	(28 304,30)	<b>32 276,03</b>
<b>Total</b>	<b>240 449,17</b>	<b>32 276,03</b>	<b>-</b>	<b>272 725,20</b>

## 11. Fornecedores

A rubrica “Fornecedores” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fornecedores c/c	-	6 411,79	-	535,60
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>6 411,79</b>	<b>-</b>	<b>535,60</b>

A 31 de Dezembro de 2022 encontrava-se em aberto as faturas dos fornecedores Velton Santos (5.793,30 euros), EDP (25 euros) e HENISA-Com. Prods. Alims., Ld.ª (592,59 euros). As mesmas foram liquidadas em Janeiro de 2023.

## 12. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	26,28	-
Outros credores	9 725,25	14 331,21
<b>Total</b>	<b>9 751,53</b>	<b>14 331,21</b>

### 13. Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Subsídio à exploração” tinha o valor de 187,22€ e é constituído por Doações de privados.

Procedemos em 2022 a reclassificação de saldos com esta natureza de “outros rendimentos” para “subsídios à exploração” por indicação da Segurança Social.

### 14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Trabalhos especializados	3 485,87	3 507,65
Publicidade e propaganda	535,49	-
Honorários	19 218,00	21 345,77
Serviços bancários	488,3	364,80
Materiais	1,50	6,00
Eletricidade	793,76	983,43
Deslocações, estadas e transportes	37,55	118,90
Comunicação	152,98	258,33
Seguros	7 808,82	7 808,82
<b>Total</b>	<b>32 522,27</b>	<b>34 393,70</b>

### 15. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros rendimentos	220 366,92	213 982,10
Juros e rendimentos similares obtidos	100,00	75,00
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
<b>Total</b>	<b>220 466,92</b>	<b>214 057,10</b>

### 16. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Taxas	35,42	443,42
Outros Gastos e Perdas:		
Donativos	52 191,52	46 467,78
Quotizações	110,00	110,00
Conser. Rep. Imóveis	103 518,90	104 337,90
<b>Total</b>	<b>155 855,84</b>	<b>151 359,10</b>

### 17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulado.

### 18. Acontecimentos após data de Balanço

À data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são possíveis antecipar com fiabilidade. Este efeito poderá vir a ter impacto sobre a atividade da Entidade, dependendo da evolução que esta situação venha a ter no futuro.

Não ocorreram quaisquer factos relevantes após o termo do exercício.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2023.

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração



## **Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da Fundação dos Armazenistas de Mercearia, em cumprimento dos seus deveres estatutários acompanhou ao longo do ano de dois mil e vinte e dois o desenvolvimento da ação do Conselho Executivo que lhe merece a sua total aprovação e na sequência do qual emitiu o seguinte parecer:

- O Relatório de Gestão de dois mil e vinte e dois apresentado merece total aprovação;
- As Contas do Exercício de dois mil e vinte e dois que lhe foram apresentadas, merecem igualmente total aprovação.

O Conselho Fiscal entende ainda, ser seu dever manifestar uma palavra de reconhecimento e apreço pelo empenho, zelo e rigor com que os membros do Conselho Executivo vêm gerindo a Fundação dos Armazenistas de Mercearia permitindo dessa forma que esta prossiga o desenvolvimento da sua muito meritória ação no campo da solidariedade social.

Lisboa, Abril de 2023

## **4 - Reuniões dos Corpos Gerentes**

No decorrer do ano de 2022, os Órgãos Sociais da FAM reuniram-se dentro da normalidade, realizando-se para o efeito diversas reuniões do Conselho de Administração; Conselho Executivo e Conselho Fiscal.

Estas reuniões foram realizadas no espírito habitual da maior colaboração proporcionando desta forma um acompanhamento pleno e rigoroso de todos os assuntos tratados no âmbito do desenvolvimento da atividade.

Por último, fazemos questão de sublinhar que os membros pertencentes aos Órgãos Sociais da FAM - Conselho de Administração, Conselho Executivo e Conselho Fiscal - não auferem qualquer tipo de remuneração (de natureza pecuniária ou qualquer outra) da FAM, e que a FAM também não recebe qualquer subsídio do Estado para desenvolver a sua ação.

## **5 – Nota Final**

O Conselho de Administração da FAM manifesta uma palavra de agradecimento e apreço pelo apoio que, no decorrer do ano de 2022, recebeu da Direção da ADIPA e do Conselho Coordenador que considera terem sido fundamentais para o êxito da ação desenvolvida durante o ano.

Lisboa, Abril de 2023

